



PL/BA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023

Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A 1º-A

I - a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto, que está permitida no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) a partir de 1º de maio de 2023;

II - que as empresas de que trata o caput, organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado, deverão permitir a interoperabilidade entre si e com os arranjos abertos no âmbito do PAT, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2024;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO





PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

CD/23890.75991-00

A presente emenda busca fortalecer a segurança jurídica no mercado de benefícios aos trabalhadores, que está passando por profundas transformações. Reconhecemos a importância de deixar claro na legislação a operacionalização imediata dos arranjos abertos no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), conforme previsto no Decreto 10.85421 (art. 174, §1º), principalmente devido aos seus benefícios para os trabalhadores e estabelecimentos credenciados, como restaurantes e supermercados.

Os arranjos abertos utilizam sistemas amplamente difundidos de cartão de crédito, o que os torna mais acessíveis do que os arranjos fechados. Com a possibilidade de aceitação em um maior número de estabelecimentos comerciais, os trabalhadores terão maior poder de compra e acesso a alimentos de qualidade, o que permitirá que milhares de pessoas satisfaçam suas necessidades alimentares e nutricionais com mais facilidade e conforto.

Além disso, enfatizamos a importância de garantir a operacionalização imediata dos arranjos abertos. Isso trará segurança jurídica para os investidores, que poderão intensificar os investimentos e parcerias necessários para o sucesso dos arranjos abertos, além de estimular a concorrência no mercado de benefícios trabalhistas.

Essa concorrência resultará em uma redução de tarifas para restaurantes, que terão maior liberdade para negociar as taxas cobradas, além da melhora significativa na experiência do trabalhador que poderá utilizar seus benefícios em uma rede mais ampla de estabelecimentos, garantindo o objetivo final do programa que é melhorar a sua qualidade nutricional.

Por fim, destacamos a importância de resolver o problema de alta concentração no mercado de emissores de meios de pagamento de benefícios trabalhistas. A operacionalização imediata dos arranjos abertos é um passo importante nessa direção, contribuindo para a construção de um mercado mais justo e equilibrado que valorize a concorrência, a qualidade dos serviços oferecidos e o bem-estar dos trabalhadores brasileiros. Com essa emenda, buscamos fortalecer a proteção dos trabalhadores e contribuir para um mercado mais justo e equilibrado.



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238907599100>



PL/BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado JOÃO CARLOS BACELAR –

Sala das Sessões, em 04 de maio de 2023

JOÃO CARLOS BACELAR

Deputado

CD/23890.75991-00



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 928 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Tels: (61) 3215.5928/3928 – Fax (61) 3215.2928 – dep.joãocarlosbacelar@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238907599100>

